

LITORAL NORTE DO RIO GRANDE
DO SUL DO SÉCULO XIX E O
MASSACRE DA COMUNIDADE
XOKLENG – POR QUE
ACONTECEU?

Nineteenth century Rio Grande do Sul north coastline
and the xokleng community massacre – why did it
happen?

Bruna dos Santos

LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX E O
MASSACRE DA COMUNIDADE XOKLENG – POR QUE
ACONTECEU?

NINETEENTH CENTURY RIO GRANDE DO SUL NORTH
COASTLINE AND THE XOKLENG COMMUNITY MASSACRE –
WHY DID IT HAPPEN?

Bruna dos Santos¹

RESUMO

Este estudo foi realizado como parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, finalizado no ano de 2020, pela Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos. Teve como objetivo, analisar as obras de teóricos da economia, a fim de entender os processos de expropriação das terras indígenas que se sucederam em meados do século XIX no Litoral Norte do Rio Grande do sul. Usou como fonte a bibliografia pertinente ao tema como por exemplo obras de Karl Marx, Adam Smith, assim como de historiadores brasileiros como Lauro Pereira da Cunha e Luisa Tombini Witmann. Como resultado desta pesquisa foi possível entender como se deu a apropriação das terras gaúchas por colonizadores e imigrantes. Também as consequências nas comunidades indígenas. Por exemplo, ausência de políticas públicas que permitam a retomada das terras por esses grupos marginalizados pela História brasileira por tanto tempo.

PALAVRAS-CHAVE: História indígena; História agrária; Xokleng

ABSTRACT

This study was carried out as part of the Conclusion Work of the Degree Course in History, completed in 2020, by the University of Vale dos Sinos - Unisinos. It aimed to analyze the works of economic theorists, in order to understand the processes of expropriation of indigenous lands that took place in the middle of the 19th century in the North Coast of Rio Grande do Sul. He used as a source the bibliography pertinent to the theme, such as the works of Karl Marx, Adam Smith, as well as Brazilian historians such as Lauro Pereira da Cunha and Luisa Tombini Witmann. As a result of this research, it was possible to

¹ Mestranda, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, bstruna@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/6373806621368827> - CAPES., ORCID ID 0000-0001-9408-1953

understand how the appropriation of the gaúcho lands by colonizers and immigrants took place. Also the consequences for indigenous communities. For example, the absence of public policies that would allow land to be retaken by these groups marginalized by Brazilian history for so long.

KEYWORDS: Indigenous history; agrarian history; Xokleng

Este trabalho faz parte da pesquisa de conclusão do curso de História e é dedicado a entender os motivos pelos quais aconteceu o massacre da comunidade Xokleng no litoral norte do Rio Grande do Sul. Esse fato será analisado sob a ótica eurocêntrica e da teoria da propriedade privada. Usaremos aqui a mesma abreviatura utilizada pelo autor Lauro Pereira da Cunha (2012) para Litoral Norte do Rio Grande do Sul, ou seja, LNRS, cuja obra foi utilizada como base bibliográfica.

Ocorre que, o tema desse trabalho surgiu a partir da leitura de duas obras principais complementares. A primeira diz respeito a literatura intitulada: *Contribuição para a crítica da economia política*, de autoria de Karl Marx, de 1859. Tais escritos discorrem e contrapõem a ideia de propriedade privada teorizada por Adam Smith no campo da economia política no século XVIII. A segunda obra corresponde ao trabalho do historiador Lauro Pereira da Cunha (2012), *Índios Xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX)*, no qual aborda os massacres e guerras contra indígenas em meados do século XIX. Pretendeu-se analisar a perspectiva eurocêntrica no campo da teoria da propriedade privada e sua influência nos conflitos por terras e leis que existentes no do século XIX, no Brasil. Nos permite, assim, refletir as relações entre esses conceitos e as práticas indigenistas ocorridas nesse período, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Ao longo do século XIX houve inúmeras transformações econômicas e sociais pela Europa. Isso incluiu novas tecnologias industriais associadas a política de concentração de terras nas mãos de poucos. A modernização acelerou a quantidade de trabalhadores em situação de miséria, surgindo assim o desejo de migração para lugares com melhor situação.

As nações Americanas recém-formadas, e independentes, tinham o desejo em consolidar seus territórios e projetos de Estado. Trazer imigrantes europeus para solo latino foi solução para os dois problemas. Importante lembrar que o século XIX foi marcado pelo desenvolvimento científico, e que, por isso, grande parte dos europeus reproduziam a ideia de superioridade racial. As teorias darwinistas davam conta de que as comunidades indígenas e africanas não estavam na mesma altura de desenvolvimento que os europeus. Tanto características físicas, como tecnologias e usos das mesmas, segundo Darwin, indicavam a inferioridade social, econômica e política desses indivíduos. Sentiam, os europeus, o direito de subjugar os indígenas americanos e escravizados africanos. Nessa lógica,

O trabalho do homem europeu passou a ser considerado como o mais avançado e, portanto, a vinda deste contingente populacional representava, para os dirigentes políticos de então, dar um passo rumo ao progresso e a civilização.

O Governo estava disposto a conceder pequenas propriedades a esses imigrantes, que deveria resolver a questão da livre iniciativa. Também achavam que esses homens, tão *bem conceituados*, serviriam de exemplo para os trabalhadores daqui. Para a chegada e instalação dos imigrantes europeus (da região da Alemanha e posteriormente italianos) havia a necessidade de abertura de terras. Primeiramente porque havia essa promessa por parte do Império Brasileiro. Segundo porque esse era o objetivo do governo: a ocupação do território. Desde o início da colonização a expropriação de grupos indígenas vinha ocorrendo. Agregado ao eurocentrismo, vinha a necessidade de apropriação das terras com base nas leis surgidas para satisfazer tal demanda. Os conflitos com os indígenas vão se intensificar em certas áreas. Lauro Pereira da Cunha (2012) diz que os quatro grupos de indígenas, que Darcy Ribeiro separou² recebeu, cada um deles, um tratamento diferente por parte do governo e dos grandes e pequenos proprietários da época,

² Ou seja, os isolados, contato intermitente, contato permanente e os integrados;

O sul de Santa Catarina foi incluído dentro destas áreas e ainda na primeira metade do século XIX, foi alvo de sondagens por parte do governo imperial que a partir de 1867, por meio da constituição de uma comissão de engenheiros chefiada por Manoel da Silva da Cunha. Sampaio dava início a exploração destes terrenos para que neles se pudessem estabelecer imigrantes europeus.

Essa imigração já havia sido iniciada em 1824³ com a vinda de alemães. É importante que contextualizemos a imigração e a ocupação das terras das quais esse trabalho cita. Assim compreenderemos o cenário agrário e como se estrutura. Iniciaremos com o litoral norte e a atual cidade de Santo Antônio da Patrulha, onde portugueses e indígenas dividiam o espaço antes da chegada dos imigrantes teutos. A chegada dos ilhéus, nessas terras, veio de uma ordem do Conselho Ultramarino do Reino de Portugal, diante de uma consulta em 19 de abril de 1730. Casais chegaram da Ilha do Pico, para povoar a Ilha de Santa Catarina e a Nova Colônia do Sacramento. Com o medo da invasão dos castelhanos, esses casais foram enviados para a Colônia de Rio Grande após 1735 e assim se estabeleceu fortificações. Porém os conflitos com os espanhóis, e a luta pelo território das Missões e da Colônia de Sacramento, empurraram esses ilhéus para o norte do que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul. Isso fez com que se estabelecessem em Santo Antônio da Patrulha, Capela Grande de Viamão e no Porto dos Casais. Estas regiões também passaram a receber os casais que desciam de Santa Catarina, já que lá havia um número bem grande populacional e o solo se fazia escasso. Mas, estas terras que passaram a ser povoadas, diferentemente como se dizia na época, não eram de ninguém, ou então, não estava desocupada. Vera Lucia Barroso (1993), lembra-nos que até o início do século

³ Para entender o conceito, Regiane Cristina Custódio (1993), nos explica que “colonização pode ser entendida como o processo de ocupação de uma área por pessoas de fora e, mais restritamente pode ser pensada como povoamento que é precedido de planejamento, governamental ou privado. Este processo está diretamente relacionado, na história contemporânea, à apropriação privada do uso do solo e ao surgimento do trabalhador livre, como uma classe social. (Castro et. al., 2002, p. 47) (CUSTÓDIO, Regiane Cristina. *Memórias da migração, memórias a profissão: Narrativas de professores sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980* (Tangará da Serra - MT). Porto Alegre: UFRGS, 2014, p. 109);

XVIII a costa litorânea que compreende o sul de Laguna, em Santa Catarina, até Tramandaí no litoral norte do Rio Grande do Sul, vivia os índios *Arachás*, da família Guarani, e os índios *Carijós*, sendo esses expulsos ou dizimados na chegada dos primeiros portugueses na região. Os colonizadores vinham buscá-los para serem escravos em São Paulo. Em Santo Antônio da Patrulha viviam os *Caáguas* que sofreram o mesmo processo de escravização pelos bandeirantes paulistas na primeira metade do século XVIII.

Ocorre que até a independência da Colônia em 1822, as terras eram adquiridas mediante Sesmaria. Mas isso não significa que não houvesse a posse em conjunto com esse sistema. Tampouco podemos afirmar que a propriedade foi uma benesse da Lei de Terras. Se faz importante falarmos dessas divergências. Porém este trabalho dá conta que a propriedade privada teria sido responsável pela expropriação e massacres indígenas. Assim os casais ilheus se instalaram no Rio Grande do Sul. Foram distribuídas terras, aos açorianos, entre a Lagoa dos Barros até a direção de Nossa Sr^a da Conceição do Arroio (Osório). Fora denominada *Campos dos Casais*, nome que ainda permanece. As terras não eram as melhores. Os colonizadores foram em busca de outras localidades mais próxima dos centros consumidores. Mas foi apenas no século XIX, entre 1810 e 1820 que se acentuou a procura de terras no litoral norte e foi nesse cenário que os imigrantes alemães e italianos chegaram ao RS, respectivamente em 1824 e 1875. Acontece que a documentação sobre a chegada dos açorianos é quase inexistente, enquanto para os teutos e itálos que chegaram no Brasil em um contexto totalmente diferente dos ilhéus é bem mais favorável.

Reforça, assim, o que Selau fala a respeito do território colonial, que o vazio demográfico era um equívoco. Havia inúmeros grupos indígenas ocupando as terras, o que

não a tornara livre⁴, entretanto, improdutivas aos olhos do governo e pessoas interessadas nas mesmas. A maioria desses grupos vivia da caça e da coleta, e não cultivava a terra, não plantava, não empregava mão-de-obra e alguns desses grupos sequer mantinham contato com o homem branco. Os conflitos eram, assim, iminentes e inevitáveis, “havendo um grupo habitando determinado território e outro se instalando nele ao mesmo tempo. Levava os dois grupos a uma situação de conflito pela posse do mesmo” (SELAU, 2006, p. 14). Alguns grupos se mantinham isolados, e por isso eram impossíveis de serem aldeados nas reduções ou nas fazendas como trabalhadores das grandes e pequenas propriedades.

Luisa Tombini Witmann (2007) diz que os problemas dos imigrantes não se resumiam a suas atividades e lidas no campo. Preocupavam-se também com os indígenas que circundavam suas terras e, algumas vezes, os atacando. Após a Lei de Terras de 1850, recebiam por meio do lote colonial sua tão almejada propriedade privada, garantia de sustento, renda e independência e descobriam um inimigo difícil de ser combatido devido seu conhecimento do território. A autora complementa, “os imigrantes atacavam, os índios revidavam, os Xokleng agrediam, os alemães rebatiam – cada um com suas armas e interesses. O ciclo estava posto” (WITMANN, 2007, p. 41).

Os grupos indígenas de língua Gê, Xokleng, eram os mais prejudicados com as práticas indigenistas, e nas palavras de Selau, o governo “preconizava uma verdadeira ‘guerra aos botocudos’” (SELAU, 2006, p. 14), para poder liberar as terras e receber os imigrantes europeus. Essa prática de combate aos botocudos era realizada de modo concomitante no Império brasileiro, segundo Selau,

No sul catarinense, mesmo sabendo-se que os Xokleng habitavam as florestas, o governo imperial decidiu dar início à implantação de colônias e dentro de 15

⁴ Lauro Pereira da Cunha explica que, “excluindo-se aqui a obviedade do não reconhecimento do direito dos índios sobre a terra, do ponto de vista legal, nem todas as áreas para onde se dirigia a nova colonização eram consideradas devolutas (CUNHA, *op. cit.*, p. 151);

anos uma grande área de florestas fora derrubada para dar lugar às colônias de Azambuja, Grão Pará e Nova Veneza.

Os Xokleng revidaram atacando os núcleos urbanos e as propriedades dos colonos, o que foi visto como um sinal de guerra contra os colonos, tendo os imigrantes grande valor e importância para o governo imperial, recebiam total apoio para extermínio desses autóctones (WITMANN, 2007, p. 60). Para Witmann a justificativa dos ataques contra os indígenas, geralmente com pólvora, era pautada pela legitimidade, já que as terras, segundo eles, pertenciam aos imigrantes. Fora dada a sua posse considerando as terras devolutas do Império. Imediato a sua posse perante a Lei, era indiscutível o seu direito em expropriar quem nela estivesse, a autora diz que “os tiros contra os índios eram, inclusive, incentivados pelos administradores das colônias e mesmo pelos governantes imperiais” (WITMANN, 2007, p. 42) e era comum culpar o indígena e vitimizar o colono.

Marcos Justos Tramontini (2000) acredita que os problemas que ocorreram com a colonização do século XIX tiveram dimensão real e foram importantes para a construção da sociedade que daí resultou, dentro do contexto agrário brasileiro, na estruturação da propriedade privada da terra, e que no final do período colonial e início do Império, a forma de adquirir terras era através da influência e força, sendo essa a política vigente. Isso tornava a situação propícia para a atitude agressiva dos proprietários contra os grupos indígenas e até contra os imigrantes chegados da Europa (TRAMONTINI, 2000, p. 24). Outra questão importante a ressaltar é que a prática de expropriar, e, se necessário fosse, matar os indígenas que estivessem em “terra de branco”, se tornou legalmente aceito, através da Carta Régia de D. João VI, em 1808

Sabemos, então, que a imigração europeia primeiramente mudou o cenário demográfico brasileiro, principalmente no Rio Grande do Sul. Fato que também colaborou para eliminar grupos indígenas que rodeavam suas propriedades ou terras desejadas.

A IDEIA DE PROPRIEDADE QUE VEIO NA BAGAGEM DOS IMIGRANTES

As ideias liberais e eugenistas tiveram importância na transformação do cenário agrário no país. Não podemos negar a influência do liberalismo e iluminismo nas novas leis que passaram a vigorar no Brasil no século XIX. Também seu domínio sobre intelectuais, políticos e grandes proprietários de terras, que passaram a se apropriar das terras legalmente, e deixando ao léu os pequenos proprietários, indígenas e colonos, que não tinham como reivindicar os mesmos direitos. Marcia Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira Silva nos esclarecem sobre esse problema, ao dizer que,

Os homens que propunham as reformas eram, em sua grande maioria, uma primeira geração de latino-americanos, pós-independência. Grande parte havia estudado na Europa e estavam familiarizadas com as ideias liberais então importante.

Comparavam a América Latina à Inglaterra e Estados Unidos. Consideravam as colônias espanholas e portuguesas atrasadas no seu desenvolvimento, pois segundo os reformadores, o desenvolvimento era medido conforme houvesse maior aproximação do modo de vida inglês, tornando um padrão a ser seguido. Como prova disso, um dos exemplos dessa reforma foi a escravidão, condenada pelos ingleses e escandalizadas por alguns intelectuais liberais, lembrando que os Estados Unidos, pátria liberal por “definição”, conviveu também com o regime escravocrata. Os traços coloniais ibéricos, sendo eles o mito da preguiça e o conservadorismo católico, estavam entre os fatores que fizeram os reformistas considerarem as novas nações latinas como atrasadas.

A SOCIEDADE INDÍGENA XOKLENG

Com o objetivo trataremos, especificamente, do grupo indígena Xokleng, da Região Norte do Litoral do Rio Grande do Sul, que sofreu o ataque, levando ao massacre da sua comunidade, estudada por Lauro Pereira da Cunha em seu livro “*Índios Xokleng e colonos*”

no litoral norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX)". Por conta disso, é preciso descrever esse grupo, suas características e como chegaram até aqui.

São ele um grupo étnico indígena que sempre esteve presente na região do estado de Santa Catarina, no planalto e litoral do sul do Brasil, e que desde a imigração europeia sofreu com a expropriação e a fuga para outras regiões, a partir do século XIX. A ocupação dos espaços indígenas pelos imigrantes reduziu e matou grande parte desses grupos, denominados, grupo Linguístico Macro-Jê, conhecida como bugres, Botocudos, Xokren entre outras denominações. Carli Caxias Popó (2015) em seu trabalho, cita Silvio Coelho dos Santos, que explica que o termo bugre é utilizado de forma pejorativa, para indicar grupos de selvagens e inimigos. Já os indígenas se denominavam Lakhãõ, e o nome Xokleng, segundo Popó, significa "aranha" ou "taipa" (POPÓ, 2015, p.15). Desde o início esse grupo era chamado de bugre, termo genérico que designava qualquer grupo indígena do sul do país, ao ponto que o termo Botocudo vinha por conta do hábito do uso do botoque, "um enfeite usado pelos adultos no lábio inferior" (POPÓ, 2015, p.15), e muitas vezes confundidos com os Kaingang por sua semelhança.

A cultura do grupo era baseada na crença na sabedoria dos ancestrais que juntava todo o conhecimento e experiência do povo para enfrentar os desafios, tal como na natureza, astros e elementos, como a lua, sol, vento, chuva, animais e plantas e essa interação ficava a cargo do curandeiro da comunidade. Julga-se importante ainda salientar que esse grupo étnico, não era sedentário, e se deslocava pelas matas e litoral em busca de alimento e temperaturas amenas. Cunha nos relata que "o senso comum os confunde com desocupados, preguiçosos ou andarilhos, fazendo-os objetos de diversos estigmas e estereótipos etnocêntricos" (CUNHA, 2012, p. 20), sendo essa a justificativa da obra de extermínio por parte de colonos e bugreiros. A presença do indígena, no litoral, tornou-se desqualificada por quem os via ali entendendo que o território foi invadido por esses

grupos. Mas na verdade estão eles retomando, ao longo do século XX e XXI, suas terras de origem, das quais foram desapropriados anteriormente.

CONFLITOS QUE GERARAM A EXPROPRIAÇÃO E O MASSACRE DOS XOKLENG

No Planalto catarinense, na chegada dos imigrantes europeus naquela região, imbuídos com o propósito de tomar o território com o consentimento do Governo do Império Brasileiro, observou-se a presença de comunidades indígenas que viviam nas matas. Witmann descreve que o comandante da Companhia de Sudestes alertou que a entrada na mata requeria armamento, e que não deveriam hesitar em atirar. A autora também nos relata que,

Ao longo do século XIX, os governantes catarinenses perceberam a gravidade dos conflitos na província. A estratégia mais utilizada, na tentativa malograda de resolver a questão, foi contratar homens para adentrar a floresta. O objetivo era afastar os índios das terras colonizadas.

As práticas indigenistas tiveram, como pretexto, a ideia de que esse grupo era “bravo”, era agressivo, isolado e nada amistoso. Um pensamento eurocêntrico e eugenista que claramente estava dando suporte para as práticas. A ideia era retirá-los dos sertões. A autora diz que a discussão girava em torno “se deveriam exterminar sumariamente aos índios, distribuí-los aos moradores, ou se deveriam ser cativados com branduras”, vencendo, contudo, o discurso oligárquico anti-indígena, contrariando as políticas de José Bonifácio, ocasionando, desse modo, o extermínio de indígenas que foram hegemônicas em Santa Catarina, segundo Witmann (2007, p.44).

A partir de 1835, houve o investimento financeiro da governança da província para o extermínio dos indígenas que habitavam as terras ocupadas. Para isso criaram um grupo para a tarefa. Os homens pagos para essa tarefa eram chamados *bugreiros*, conheciam o mato, compostos por caboclos, filhos de índios e brancos. Esse grupo era, então, contratado por “agentes colonizadores, governantes provinciais e imigrantes europeus”

(WITTIMANN, 2007, p. 48) e a justificativa era a segurança dos colonos. Para Witmann o governo sabia e apoiava essa ação indigenista, ou seja, não eram práticas alheias às autoridades. Para os governantes, povoar o território era a melhor forma de afastar os vizinhos indígenas indesejados. Os relatos de agressividade dos indígenas, imbuídos do preconceito de que seriam esses grupos autóctones pouco desenvolvidos econômicos e socialmente, a catequização e civilização foram logo descartadas como modo de aproximação. Na visão do colono os indígenas não se deixavam dominar. Muito pelo contrário, eram acusados de invadir as terras e perturbar os moradores cometendo maldades “levando assim o seu ânimo antropofágico” (WITTIMANN, 2007, p. 60). A autora afirma ainda que não há provas de que os Xokleng cometessem antropofagia, mas a fama se espalhou, até porque seu isolamento não permitia que se conhecesse mais sobre eles.

Estando eles no território do Rio Grande do Sul, Lauro Pereira da Cunha explica que os conflitos tiveram início na construção dos primeiros casebres que viriam a ser o início do núcleo urbano do LNRS, localizado na atual cidade de Osório. O autor afirma que havia um processo lento e contínuo de apropriação das áreas florestais. Para o indígena,

[...] baseado em experiências de séculos anteriores, julgou que o branco não era merecedor de alianças e optou em não estabelecer vínculos de amizade ou de colaboração com ele.

A posse mais acentuada do LNRS foi prejudicada pela ausência de um porto marítimo e pela inexistência de vias navegáveis que ligassem a outras regiões. Além da liberdade que os colonos, proprietários de terras, tinham para eliminar/expulsar os indígenas, havia também os conflitos intertribais, que visavam “atender aos apelos dos europeus por cativos [...] os carijós passaram a caçar os Jê da serra e planalto” (CUNHA, 2012, p. 37), mostrando aqui a ideia do europeu de usar o indígena apenas como mão de obra, por se tratar de indivíduos inferiores, na visão eurocêntrica. Essa relação já existia muito antes da chegada dos colonos alemães. Segundo Cunha,

Eram inimigos dos portugueses que os escravizavam, e dos Ibirajavas, que eram índios que vinham em combinação com os portugueses para prendê-los e depois vendê-los aos paulistas [...] pelos caminhos desta região, os bandeirantes levaram muitos índios presos entre os anos de 1637 e 1640.

Tal e qual,

Segundo Silvio Coelho dos Santos, os Xokleng também sofriam com esse projeto escravizador, pois muitos indivíduos dessa etnia “foram arrebanhados para servirem como mão-de-obra escrava nos empreendimentos que os portugueses começaram a instalar em São Vicente e São Paulo”.

Os indígenas do grupo linguístico Jê eram descartados pelos bandeirantes como mão-de-obra, dando preferência aos guaranis. A justificativa era o espírito aguerrido desse grupo e em menor número. Estavam em constante mobilidade por serem caçador-coletores e falavam outra língua, diferente do tronco tupi, e, quando havia agricultura, era praticada de forma muito primitiva (CUNHA, 2012, p. 42). Toda essa violência era, ainda, agravada por doenças que o organismo dos indígenas não tinha defesa, como gripe, varíola, pneumonia, sarampo, tuberculose, coqueluche, e doenças venéreas, que vieram junto com a civilização dos brancos. A atividade de deslocamento sazonal dos Xokleng se tornou uma tarefa difícil sujeita a embate com os brancos, deixando cada vez menos possível o deslocamento e o acampamento desses grupos para outras regiões, inclusive litoral e lagoas.

A tomada do LNRS pelos portugueses surgiu da necessidade de uma ligação de terra entre Laguna e a Colônia de Sacramento, e mais tarde, de catequizar os indígenas que habitavam essas terras, que estabeleceram reduções a fim de preservar esses grupos. Porém o resultado não foi o desejado, já que a maioria dos proprietários de terra e tropeiros, preferiu continuar em conflito com os Guarani Missioneiros, e o conhecimento que se tem, garante que eles tenham sido escravizados nas fazendas como mão-de-obra, levando essa situação a se prolongar por todo século XVIII, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Observamos que com a necessidade do governo de aumentar a população e os espaços urbanos, proporcionou o ingresso dos grupos indígenas guarani no LNRS. Os motivos que Cunha nos dá são dois: eles eram tidos como “índio bom” por ter sido usado como mão-de-obra há muito tempo pelos fazendeiros da região e seriam bem vindos ao litoral. Outro motivo seria sua utilização como soldado contra “índios maus”, ou seja, os Xokleng. Acrescenta, Cunhas, que o fim da fronteira geográfica se inicia junto com a agricultura na região e o crescimento da fronteira étnica. Os imigrantes açorianos passaram a ocupar a região que ia da atual Santo Antônio da Patrulha e se espalhavam pelo LNRS, fazendo com que passassem a invadir os espaços ocupados pelos Xokleng. E “a ocupação prévia dessa área de matas por indígenas era do conhecimento das autoridades, mas não se reconhecia o direito deles sobre a terra” (CUNHA, 2012, p. 68) e para isso, o governo determinou que esses casais colonizadores poderiam se apropriar, ou apossar, das terras que conseguissem,

após especificar detalhadamente as dimensões do terreno, o escrivão da Fazenda Real prosseguia com a seguinte recomendação: ‘ficando com liberdade de penetrar pela Serra Geral, até onde poder, cujo terreno que descobrir lhe fica pertencendo.

Utilizando e se apossando das matas, esses colonos passaram a competir com indígenas pelo espaço, caça e coleta dos produtos silvestres, como mel, pinhão e palmito.

A diversidade econômica e o aumento populacional a partir do início do século XIX, provocou, dessa forma, a entrada dos colonizadores em território indígena. Os Xokleng, conhecidos por não serem agricultores não serviam como mão-de-obra nessas fazendas que iam se instalando na região. Sabemos, pelas pesquisas de historiadores como Lauro Pereira da Cunha e Itala Irene Basile Becker (1976), que os Kaingang foram mais facilmente adaptados à cultura dos brancos. O sedentarismo, e a agricultura foram absorvidos por esse grupo étnico que passou a servir como mão-de-obra e até como soldado contra outros grupos étnicos.

[...] restou aos Xokleng restringirem-se às matas de várzea e de encosta do planalto, ou Serra Geral, no LNRS, espremidos entre a planície costeira e os campos de Cima da Serra. (CUNHA, 2012, p. 86)

Passou a ser a única forma de sobrevivência dos Xokleng o deslocamento, inclusive abandonaram a fabricação de cerâmica, mantendo-se ainda isolados dos brancos, e, na visão do governo indivíduos improdutivos. E motivos havia para tal atitude, já que por mais de dois séculos os brancos cometeram atos de violência contra as comunidades indígenas, fazendo com que se isolassem, temessem e atacassem os brancos para se defender, daqueles que possuíam armas de fogo. Apesar de toda a tensão existente, os conflitos ficaram mais acirrados quando, no início do século XIX o povoamento realizado principalmente por açorianos, vindos de Santa Catarina, e posteriormente alemães, aumentou consideravelmente na região com a doação de muitas sesmarias, “esta maior presença de agricultores, avançando em direção à floresta, é a matriz do que designamos como conflitos interétnicos” (CUNHA, 2012, p. 93). Os Xokleng sentiam-se na obrigação de atacar o branco, já que, não sendo agricultores, não tinham ferramentas tecnológicas nem terras suficientes para tal,

Obviamente que, em última instância, o conflito estava vinculado à posse da terra, e os brancos passariam a se apoderar de parcelas cada vez maiores do território indígena, sem necessidade de qualquer forma de aliança.

Após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808 iniciou-se então o *bugreirismo* como forma de acabar com as comunidades indígenas que se colocassem como empecilho das políticas colonizadoras do império, iniciando assim as práticas indigenistas que Cunha nos relata ao expor que,

O bugreirismo profissional exigia um método próprio, a começar pelo domínio de técnicas de sobrevivência na selva. Era comum, dependendo da circunstância, terem os bugreiros que passar sem comer e beber, às vezes por um ou mais dias. Dependendo da ocasião, não faziam fogo não fumavam, não falavam alto e nem levavam cães.

O autor segue explicando que, militares não eram usados nessa tarefa porque, mesmo recebendo salários, não se escondiam ou se camuflavam na mata, facilitando que os indígenas os enganassem e conseguissem escapar. Já o bugreiro “tinha que ser eficiente, porque ganhava ‘por produção’” (CUNHA, 2012, p. 100), neste caso, era preciso usá-los por outro motivo também, o número de militares que era muito pequeno, não dando conta do número de indígenas existentes em todo LNRS. Por conta disso, a queixa dos colonos para com o governo imperial só aumentava e Cunha reitera que “a ideia da periculosidade indígena legitimava práticas de violência contra eles” (CUNHA, 2012, p. 101).

Relatos do ano de 1800, do município de Três Cachoeiras, dá conta de que houve um massacre, pela posse da terra, levando os índios sobreviventes a abandonar a região em direção à Santa Catarina (mais tarde eles voltaram). Nos relatos consta que esse ataque foi contratado por donos de engenho e moradores da região, não sendo poupadas as mulheres, os idosos, os inválidos nem as crianças.

O bugreirismo toma forma a partir de 1819, quando o Tenente-Coronel Francisco de Paula Soares chega à região de Torres, com o objetivo de ampliar a agricultura e dar suporte as tropas militares. Ao conhecer a má fama dos Xokleng buscou não interferir nos planos governamentais. É preciso dizer que a ausência de vontade de aproximação partia de ambos os lados. Cunha completa que “na boa quantidade de documentos produzidas por esse militar, não encontramos sequer uma tentativa de aproximação; nenhuma iniciativa de atração” (CUNHA, 2012, p. 112).

O que acelerou os conflitos e a posse das terras ocupadas pelos indígenas foi a chegada dos imigrantes alemães que se instalaram também nessa região. Para o Governo era de extrema importância o povoamento do território de “difícil ocupação” para o crescimento da província e “não se admitia que bugres incomodassem os laboriosos colonos e atrapalhassem o progresso econômico e social da província” (CUNHA, 2012, p. 125). A partir de 1826, se intensificou o ataque aos indígenas arredios da região, até

porque, esses foram assentados nas matas, lugar de refúgio dos Xokleng, nesse período. E “muitos deles (imigrantes) não tinham boa fama. Estavam ali ex-reclusos vindos da Alemanha e os indesejáveis em São Leopoldo” (CUNHA, 2012, p. 126). Ou seja, apesar da ideia eurocêntrica prevalecer entre os teutos e ítalos, muitos deles sequer possuíam boa conduta ou moral para julgar os autóctones americanos e escravizados africanos.

Primeiramente esses imigrantes se assentaram em Torres, junto aos indígenas guarani, prisioneiros de guerra e soldados, para depois irem para suas terras prometidas. Foi provavelmente nesse período que souberam da existência de índios bravos, pois essa informação não foi dada pelas lideranças governamentais que trouxeram esses alemães. Isso trouxe medo e insegurança aos colonos europeus. Cunha sugere que um dos motivos dos guaranis quererem se diferenciar tanto dos Xokleng, era o de mostrar que não eram agressivos, tornando-se “integrados e cristãos” nas palavras de João Cezimbra Jacques (1979).

As dificuldades encontradas pelos colonos fizeram com que houvesse inúmeros atritos entre eles e a administração provincial, sendo que nada era como o prometido antes de sua vinda para o Brasil, incluindo o terreno, os índios e os animais selvagens. Inicialmente os índios não atacaram os colonos, e deduz-se que passaram por um período de observação dos novos inimigos, já que “havia se tornando extraordinários guerreiros porque sempre souberam estudar detalhadamente seus mais variados grupos de inimigos” (CUNHA, 2012, p. 130), e apesar do medo ser recíproco levando em conta que cada lado usava as armas que tinha e que conhecia, não podemos negar que os ataques surgiam de ambos os lados, cada um com sua justificativa de defesa. Certo é que os autóctones não eram os invasores, porém, não possuíam consciência de seus direitos civis, e tampouco conheciam os conceitos e ideia de posse ou de propriedade privada (já que não eram agricultores e sua comunidade vivia com base na tradição, sendo nômades e não ocupando um único território).

O bugreirismo volta a atuar entre os anos de 1840 e 1850, isso porque, o LNRS voltou a crescer e era preciso novas terras para o povoamento e agricultura. Os filhos dos primeiros colonos tornaram-se adultos e a subdivisão das terras estava se tornando limitada, além do crescimento econômico com o cultivo da cana-de-açúcar na região (CUNHA, 2012, p. 147). Cunha explica que os índios se deslocaram, entre os anos 1833 e 1846, para a região de Torres, as bandas da costa da serra, e a nova expansão dos filhos dos colonos achataria ainda mais o território indígena, trazendo novos conflitos entre brancos e índios. Os ataques as fazendas e propriedades dos colonos se intensificou na metade do século XIX, principalmente porque não tinham mais espaço para se estabelecerem, e também como forma de se defender dos ataques do homem branco, levando a necessidade de contratar bugreiros para fazer o trabalho sujo, com apoio do governo, “naquele ano de 1848, em pequenos grupos, os indígenas voltaram a se aproximar das residências dos colonos de maneira mais regular, ocasiões em que novamente houve conflitos com mortes” (CUNHA, 2012, p. 154).

Os ataques indígenas, cada vez mais recorrentes, serviam aos colonos como uma justificativa para as práticas indigenistas com a formação de frentes bugreiras para espantar e eliminar os indígenas, – o que era facilitado por não haver quem defendesse sua causa e entendesse que o lugar que estavam pertencia a eles – já que os europeus chegados e estabelecidos no Brasil tinham o conhecimento do conceito de propriedade privada, que vinha se constituindo embasadas de sua cultura. Além disso o eurocentrismo que prevalecia entre eles. Sabiam eles que ao se apossar das terras tornavam-se donos, e poderiam fazer das terras um bem de uso, de posse e sujeito a venda, e, em relação aos grupos autóctones, os colonos não tinham a preocupação de respeitar sua cultura nômade, até porque eram considerados como invasores e não como “donos” do território.

Outro fato importante que devemos mencionar para termos ideia de como os indígenas eram malvistas, é a própria historiografia e o que ela diz desses conflitos. Em sua

maioria os indígenas são tratados como intrusos e ferozes, enquanto o colono europeu está descrito como vítima, e como salvadores que trouxeram o progresso. Inclusive as mortes de indígenas não eram noticiadas, e se eram não continham detalhes.

A partir do fim da Guerra dos Farrapos, houve uma reorganização da burocracia e do aparelho de repressão estatal. E, com o aumento das reclamações de ataques de índios e a resolução delas, o governo da província incumbiu os seus soldados a retomar à guerra contra os indígenas. No ano de 1850, houve uma expedição para atacar os botocudos, mas que falhou por conta do excesso de chuva, na ocasião. Cunha relata ainda que,

Um ano após “ocorrer algumas providências, enviando homens, armas e muitos cartuchos para resolver a questão indígena do litoral, o governador remete ofício ao chefe da milícia bugreira cobrando informações da expedição”.

E acrescenta,

Não podemos aqui atribuir sorte aos Xokleng pela incompetência dos militares. Na verdade, foi a experiência dos índios em evitar o confronto direto o fator responsável pelo fracasso das três expedições. A alegação de chuvas constantes não condiz com o bom estado da munição na ocasião da devolução desta ao governo.

Após essas incursões malsucedidas, foi regulamentado e uniformizada a atuação das novas companhias formadas de Kaingang contra os Xokleng, através de um documento formal, ofício com oito artigos. Nele há a orientação de que os índios apreendidos ou os que se submetessem, fossem conduzidos à aldeia da Guarita e Nonoai, porém, havia divisão de opinião entre os que defendiam a civilização e catequese desses autóctones, condenando os que eram favoráveis as práticas de afastamento e extermínio dos indígenas. Cunha conclui que um fator agravante foi a Lei de Terras “acabando com o sistema de posse, tornou o acesso à terra menos fácil em termos jurídico” (CUNHA, 2012, p. 163) e o avanço da agricultura, que colaborou com a extinção dos Xokleng no LNRS. Além das companhias estatais de bugreiros havia outras duas “frentes” de extermínio de grupos indígenas, sendo uma delas constituída de mercadores, bugreiros particulares, caçadores,

quilombolas, capitães-do-mato, bandidos comuns e madeireiros. Segundo Cunha, “em maior ou menor grau, esses personagens patrocinaram ações que em última instância, funcionaram como apoiadores do caminho” (CUNHA, 2012, p. 163). Já a segunda frente se apresenta no final do século XIX, composto de imigrantes italianos e eslavos que tomaram os últimos redutos nas regiões dos Aparados da Serra, não havendo atrito com os indígenas porque esses já haviam sido exterminados. Cunha nos explica a causa do início da eliminação dos indígenas do LNRS,

O isolamento do LNRS, que o distanciava do mercado consumidor de Porto Alegre, fez com que os colonos ou mercadores (“caravaneiros” de mulas) tivessem que buscar alternativas para escoar sua produção, principalmente os apreciados produtos de cana-de-açúcar, com destaque para as pipas de cachaça. A abertura de caminhos ou picadas de cargueiros, ligando a planície aos campos de Cima da Serra, foi um dos fatores que deu início à ocupação, por retalhamento, do território tradicional dos índios Xokleng em solo gaúcho.

Esse caminho só foi abandonado com o desenvolvimento das rotas lacustres, via essa do Campos de Cima da Serra que havia sido aberta pelos próprios indígenas muitos anos antes, e que ao serem atacados agora, nunca deixaram de revidar. Sentiram, os colonos e autoridades, a necessidade de abertura dessa via como forma de acelerar o comércio e o progresso na região e na Província como um todo. Esses caminhos, porém, sempre foram dificultados pelos indígenas que ocupavam aquela região e se sentiam ameaçados, “essas rotas eram de extrema importância para o escoamento da cachaça e da rapadura, pois o comércio por via lacustre só se desenvolveria após a Farroupilha” (CUNHA, 2012, p. 168). Todavia, “além do que representava a abertura dessas vias de comunicação e a circulação de comboeiros prevenidos, os Xokleng ainda tinham que se defrontar com muitos outros grupos de homens armados” (CUNHA, 2012, p. 169). Por conta disto o governo da província criou uma Companhia de Pedestre, fazendo parte dessas companhias alguns mestiços também, que tinham conhecimento dos espaços da mata e da língua dos Jê. Entretanto,

[...] esse aparato foi rapidamente substituído pela iniciativa privada, com a criação das “Tropas de Bugreiros”, milícias pagas pelo *par de orelhas* de índio mortos nas expedições de extermínio. Com isso *houve o genocídio dos Xokleng no Rio Grande do Sul* para a criação de sociedades “naturalmente europeias” (como reza o atual slogan da cidade de Gramado)” (Grifos nossos)

Essas companhias particulares tinham como função exclusiva caçar os índios, e alguns líderes dessas empresas, em especial em Santa Catarina, ficaram famosos, provando a má fama dos indígenas enquanto os bugreiros eram considerados heróis, como Manuel Veríssimo, Maneco Ângelo, Natal Coral, Martinho Bugreiro e Ireño Pinheiro. Já no LNRS os colonos não podiam pagar por esses serviços porque não eram abastados financeiramente. Assim, os caçadores eram os próprios moradores da região, ou seja, um grupo armado que caçava animais por necessidade, mas principalmente por divertimento. Essa prática trazia devastação e extinção às espécies de plantas da região, que serviam de alimentos para os indígenas. Esses caçadores eram formados por associações recreativas que existem até hoje conhecidas como sociedades de tiro, clube de caça e pesca, clube de caça e tiro ou grêmio de atiradores (prática comum na Europa, trazida para o Brasil junto com os imigrantes). Nas regiões com presença indígena a caçada também ocorria contra o bugre, com o auxílio de armas de fogo, o que deixava o índio e os animais assustados e afugentando-os.

Todos esses fatores colaboram para o extermínio da comunidade Xokleng na Província de São Pedro até o final do século XIX, ficando cada vez mais raras notícias de sua presença no Rio Grande do Sul, fato que coincide com a criação da Lei de Terras que permitiu e incentivou a apropriação de terras por parte de grandes proprietários e colonos europeus.

Cunha fala ainda que não é possível dizer até quando a presença dos Xokleng nas matas do LNRS é percebida, mas que o auge da atividade bugreiras em Araranguá/SC foi no início do século XX, sugerindo que esses indígenas que habitavam a região

possivelmente indivíduos isolados ou em família, descendentes dos expropriados “perambulavam” pelas matas até o fim do século XIX.

Destarte, procurou-se refletir sobre as ideias eurocentricas que de alguma forma já estavam integrando a cultura e pensamento social dos imigrantes europeus que chegavam ao Rio Grande do Sul atraídos pela promessa de terras, o que perpassou todo o século XIX. Seriam elas a ideia da propriedade privada, a superioridade do branco europeu e a possibilidade de usar indígenas e africanos como mão-de-obra escravizada. Nosso objetivo não é tomar essa questão como fechada e concluída, mas justamente abrir a discussão para os atos que levaram a expropriação dos Xokleng da região de sua origem, buscamos uma forma de entender os conflitos que surgiram por causa da luta de terras que existiu. Da mesma forma que procurar entender o desrespeito dos imigrantes pela cultura e tradição dos indígenas, tomando o que era um bem comum e que servia para todas as comunidades indígenas como a propriedade, uma noção cuja difusão fundamentava uma prática diferente em relação ao mundo material e ao viver em sociedade.

CONCLUSÃO

Através deste trabalho, pode se perceber que conceito de propriedade privada, sua prática e a ideia eurocêntrica de superioridade racial, modificou a humanidade na sua forma de pensar e se posicionar diante das transformações que o mundo vinha sofrendo, pois com o advento do capitalismo, é inevitável que isso não ocorra. E mais, foi possível identificar durante a pesquisa, através da revisão bibliográfica realizada, que esses pensamentos que deram voz ao capitalismo e fomentou a propriedade privada esteve presente, também, na sociedade brasileira do século XIX. Nota-se que na medida em que o homem percebe que pode tomar posse e se tornar proprietário de terras e do trabalho do homem, com o respaldo legal, passa a investir força e dinheiro para a realização de seu

desejo. Essa ideia já havia sido disseminada na América, nos Estados Unidos, que sofreram influência dos iluministas e liberais ingleses, o que acarretou a própria independência da nação estadunidense.

Ao entrar em contato com o livro de Lauro Pereira da Cunha (2012) viu-se a importância de abordar esse tema sob o aspecto do conceito propriedade privada. Dado que, ao conhecer a história desse grupo autóctone, marginalizado pela sociedade, que se construiu, a partir do seu fim em seu espaço geográfico, entendeu-se que era preciso colocá-los em destaque e evidenciar sua história.

Desse modo, entendemos que sim, o pensamento liberal, teorizado por filósofos como John Locke e Adam Smith, que defenderam a propriedade privada, influenciaram de forma indireta os massacres indígenas ocorridos no século XIX no Brasil, principalmente no sul. Indiretamente porque nunca foi citado o fato de terem acontecido por consequência das ideias liberais, mas para a obtenção da propriedade privada, defendida pelas ideias liberais. Ao discutir a refutação de Karl Marx foi possível encontrar argumentos de defesa contra o massacre e a expropriação indígena, do mesmo jeito que refletir sobre o papel do homem e do seu trabalho na sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que esse trabalho não acaba aqui. Muito pelo contrário, foi o início de um projeto de pós-graduação no qual busca compreender quais as principais ideias dos intelectuais do século XX para a idealização de uma política pública de Reforma Agrária no país. Tentar enxergar nos anos que se seguiram após o massacre a preocupação com os indígenas na estrutura fundiária. Os latifúndios brasileiros ainda se encontram nas mãos de poucas elites. Os espaços não estão democratizados e os indígenas permanecem sem voz, sem terras e cada vez mais distantes de fazer parte de seu lugar a qual pertence. Parece que as vidas ceifadas nos massacres indígenas permanecem em vão.

REFERÊNCIAS

BECKER, Itala. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. Pesquisas. N° 29. Série Antropologia. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

CUNHA, Lauro da. Índios Xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX). Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

LAYTANO, Dante de. Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins-livreiro, 1983.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. – 1ª Edição. LeBooks, 2018.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. IN: Os pensadores. Seleção por José Arthur Giannotte. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974. 1ª Edição.

—————

—————. Contribuição a crítica da Econômica Política. E-book Kindle: Amazon Serviços de Varejo do Brasil.

NETO, Antônio. Adam Smith, Fundador da Economia Política. Lisboa, 1936.

POPÓ, Carli. Cosmologia na Visão Xokleng. Terra Indígena Ibirama Laklãnõ: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

PORTO, José. Estudo sobre o sistema sesmarial. – p.36. Recife: UFPE, 1965.

POSSAS, Sílvia. Adam Smith. In: Os clássicos da economia. Org. Ricardo Carneiro. VI I, São Paulo: Ática, 1997.

SELAU, Mauricio. A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): Resistência e Extermínio. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações [recurso eletrônico]: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

WITMANN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque: imigrantes, alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850 – 1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.